



SIMULADO FINAL

CNU

|| 2025 ||

Bloco Temático 6 - Desenvolvimento
Socioeconômico - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU** para o **Bloco Temático 6 - Desenvolvimento Socioeconômico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MmeEGz9fwob7SqHp7>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/99uu>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

2. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. “O Estado democrático de Direito concilia Estado democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do status quo.”

(José Afonso da Silva, O Estado Democrático de Direito, 1988)

De acordo com a concepção do autor, o Estado Democrático de Direito caracteriza-se fundamentalmente por:

- a) reduzir o conceito de democracia à realização periódica de eleições representativas, assegurando apenas a legalidade formal dos atos do poder público.
- b) combinar legalidade liberal e direitos sociais em um modelo estável, sem pretensões transformadoras, que apenas garante igualdade formal.
- c) garantir a supremacia da lei enquanto norma geral e abstrata, como instrumento único de preservação da ordem e da segurança jurídica.
- d) fundar-se na harmonia formal entre os Poderes do Estado, assegurando que cada um atue sem interferências recíprocas, preservando a estrutura tradicional.
- e) instituir um conceito novo de Estado que, além de submeter-se à Constituição, orienta-se pela participação popular e pela promoção da justiça social como tarefas fundamentais.

4. O presidencialismo de coalizão, conceito de Sérgio Abranches, explica a dinâmica da governabilidade no Brasil.

Considerando esse arranjo institucional, é correto afirmar que:

- a) a fragmentação partidária favorece a governabilidade, pois amplia a base parlamentar do presidente.
- b) a dificuldade de o presidente formar maioria no Congresso decorre da dispersão de partidos, exigindo negociações para formar coalizões.
- c) a Constituição de 1988 proíbe expressamente a existência de mais de dois partidos políticos no país.
- d) no presidencialismo de coalizão, o presidente governa sem depender do Legislativo, com apoio direto da sociedade civil.
- e) a fragmentação partidária impede a existência de coalizões, tornando inviável o funcionamento do sistema político.

5. A Constituição de 1988 instituiu diversos mecanismos de participação popular e de controle social sobre as políticas públicas.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) as ouvidorias públicas atuam como canais de diálogo entre o cidadão e o Estado, recebendo manifestações e contribuindo para a melhoria dos serviços públicos.
- b) a ação popular é restrita a parlamentares, por se tratar de instrumento de fiscalização de atos administrativos.
- c) os conselhos gestores de políticas públicas são meramente consultivos, sem caráter deliberativo ou de controle social.
- d) o plebiscito é convocado após a decisão legislativa, funcionando como referendo popular.
- e) o Plano Plurianual Participativo é apenas um exercício acadêmico, sem força normativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Stefan Fantini*

6. Uma corrente tem ganhado destaque na formulação de políticas públicas, valorizando o uso de dados, pesquisas e avaliações criteriosas, de modo a reduzir a influência de percepções subjetivas e decisões baseadas apenas na intuição dos gestores. Esse enfoque privilegia análises criteriosas para orientar a tomada de decisão governamental. Essa abordagem recebe o nome de:

- a) Políticas públicas reativas
- b) Políticas públicas distributivas
- c) Políticas públicas tradicionais
- d) Políticas públicas baseadas em evidências
- e) Políticas públicas participativas

7. No ciclo das políticas públicas, há avaliações que ocorrem em diferentes etapas. Quando a análise é feita previamente à implementação da política ou programa, com a finalidade de verificar sua viabilidade e antecipar possíveis falhas no desenho ou na formulação, essa avaliação é denominada:

- a) Avaliação Somativa
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação In Itinere
- e) Avaliação Posterior

8. Em uma capital brasileira, após diversos estudos técnicos, o governo anunciou oficialmente a criação de um programa de incentivo ao transporte coletivo, prevendo recursos no orçamento e estabelecendo prazos de execução. Nesse caso, o tema passou a integrar a:

- a) Agenda política
- b) Agenda midiática
- c) Agenda estratégica
- d) Agenda formal
- e) Agenda comunitária

9. Na análise de agenda governamental, os problemas públicos podem evoluir de diferentes formas: súbita, incremental, estável, cíclica ou em declínio. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A persistência da desigualdade de renda em certas regiões, mantendo-se praticamente no mesmo nível ao longo do tempo, exemplifica um problema estável.
- b) O crescimento contínuo da violência urbana ao longo dos anos representa um problema em declínio.
- c) O aumento de casos de gripe em períodos específicos do inverno corresponde a um problema incremental.
- d) O acidente em uma barragem, com forte repercussão imediata, é exemplo de problema em declínio.
- e) A queda gradual da taxa de analfabetismo no país ilustra um problema súbito.

10. Na avaliação das políticas públicas, diferentes critérios podem ser aplicados para analisar o desempenho das ações governamentais. Considere as assertivas a seguir:

- I. O critério de eficácia refere-se ao grau em que as metas ou objetivos previamente definidos foram alcançados.
- II. A efetividade analisa se os resultados obtidos transformaram a realidade, atendendo às necessidades do público-alvo.
- III. A economicidade refere-se ao nível de utilização dos recursos (inputs).
- IV. A equidade trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I, III e IV estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

11. Em um órgão federal, foi instaurado processo para apurar uma denúncia de violação ao Código de Ética por parte de um servidor, com vínculo temporário com a Administração Pública. A Comissão de Ética competente, após analisar os fatos e ouvir o servidor, concluiu pela aplicação de censura.

Conforme o Decreto nº 1.171/1994, a Comissão de Ética, ao aplicar a sanção, deveria:

- a) encaminhar o parecer com a penalidade para a autoridade máxima do órgão, para que esta decida se aplica ou não a censura.
- b) garantir ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo a fundamentação da pena restrita aos membros da comissão.
- c) publicar a decisão no Diário Oficial da União para dar publicidade e servir de exemplo aos demais servidores.
- d) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores daquele órgão os registros sobre a conduta do servidor, para o efeito de instruir e fundamentar eventuais promoções.
- e) rever a censura aplicada, em razão de tratar-se de servidor temporário, não alcançado pelos preceitos éticos do serviço público federal.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Elisabete Moreira*

12. Os impulsionadores do movimento da Governança Pública – GP são múltiplos, atribuindo ao conceito diferentes interpretações. Acerca do tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Uma das forças por trás da Governança Pública é a ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado (*hollowing out of the state*), em que a incapacidade do Estado em lidar com problemas coletivos é denunciada.

II. Os modelos burocráticos, gerencial e da governança pública usam a função controle para manter a homeostase do sistema organizacional, conforme conceitos derivados da teoria sistêmica.

III. Alguns acadêmicos consideram a GP uma consequência do movimento da Administração Pública Gerencial – NPM, com a qual compartilha algumas características. No entanto, a abordagem da Governança Pública apresenta elementos de descontinuidade e superação da distinção wilsoniana entre política e administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

13. A governança pública, orientada por princípios, diretrizes e mecanismos colocados em prática para a busca de resultados, apresenta a accountability como um de seus pilares, relacionado à prestação de contas por parte de quem foi incumbido de uma tarefa a aquele que solicitou a tarefa (relação entre o agente e o principal). Foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, e que se refere

- a) à legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) à capacidade de um dirigente de atender às demandas da sociedade, por meio da sanção e recompensa.
- c) à legitimação do poder de vigilância e ao controle sobre a atuação de empresas e órgãos não governamentais.
- d) ao somatório dos conceitos de responsabilização, transparência e controle.
- e) à extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Herbert Almeida*

14. Mariana solicitou a uma entidade administrativa federal informações detalhadas sobre determinada atividade pública. O servidor responsável, no entanto, informou que tais informações, apesar de não estarem classificadas em grau de sigilo, só poderiam ser divulgados mediante autorização do diretor da entidade. Diante da situação hipotética apresentada, e com base nas diretrizes da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor agiu corretamente, pois o princípio da publicidade é aplicável apenas aos atos normativos e não se estende aos gastos administrativos.
- b) a exigência de autorização do diretor está de acordo com o princípio da hierarquia administrativa, respeitando o sigilo como regra geral.
- c) a informação solicitada por Mariana não precisa ser fornecida, pois não foi demonstrado o interesse específico dela sobre o tema, mediante indicação dos motivos determinantes da solicitação.
- d) a conduta do servidor, ao indeferir o acesso, contraria os princípios da Lei de Acesso à Informação, que prevê a publicidade como regra e o sigilo como exceção.
- e) a divulgação de informações sobre publicidade institucional depende de regulamentação específica, razão pela qual a negativa foi válida.

15. Carlos solicitou a um órgão público federal cópias de documentos que fundamentaram a decisão de cancelar um processo seletivo para contratação temporária de professores. O setor responsável respondeu apenas que a decisão havia sido tomada pela diretoria, sem apresentar qualquer justificativa ou documentação. Carlos, inconformado, reiterou o pedido, mas novamente recebeu negativa, sem fundamentação. Diante dessa situação e com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- a) o órgão público agiu corretamente, pois a divulgação de documentos internos pode comprometer a segurança institucional.
- b) a negativa de acesso sem fundamentação sujeita o agente responsável a medidas disciplinares, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.
- c) Carlos não possui direito à documentação solicitada, pois ela se refere a deliberações internas da administração pública.
- d) a Administração só está obrigada a fornecer as informações após decisão judicial específica determinando o acesso.
- e) o acesso só será possível após a conclusão de auditoria interna sobre o processo seletivo, em razão do sigilo provisório.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Rodrigo Bet*

16. Rodrigo, Governador do Estado Alfa, promoveu a inauguração de um hospital público e produziu um vídeo institucional no qual aparece em destaque realizando a entrega da obra, com menções ostensivas ao seu nome e à sua imagem (autopromoção pessoal). No mesmo período, nomeou parente de terceiro grau para cargo comissionado de direção do referido hospital.

Tais condutas violam frontalmente, respectivamente, os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da CF/1988:

- a) Razoabilidade e moralidade.
- b) Impessoalidade e moralidade.
- c) Impessoalidade e Razoabilidade.
- d) Publicidade e impessoalidade.
- e) Legalidade e eficiência.

17. O Ministério da Educação criou um Núcleo de Inovação Tecnológica vinculado diretamente ao próprio ministério, sem personalidade jurídica própria, e instituiu por lei uma Fundação de Desenvolvimento Educacional com personalidade jurídica de direito público.

Considerando os conceitos estrutura organizacional da Administração Pública, escolha a alternativa correta:

- a) O núcleo representa um processo de descentralização da administração direta, e a fundação, um de desconcentração da administração indireta.
- b) O núcleo integra a administração indireta, enquanto a fundação integra a administração direta.
- c) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, sem sujeição à tutela estatal.
- d) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, estando esta última submetida à tutela administrativa do Estado.
- e) Tanto o núcleo quanto a fundação são exemplos de entidades da administração indireta, sujeitas exclusivamente à hierarquia estatal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Rodrigo Rennó

18. A década de 1930 marcou um ponto de inflexão no Estado brasileiro, caracterizado pela centralização política e pela necessidade de modernização administrativa. Nesse contexto, a criação do DASP representou:

- a) a consolidação de um modelo descentralizado de gestão, transferindo funções a autarquias e fundações.
- b) o primeiro esforço sistemático de racionalização da máquina estatal, visando combater o patrimonialismo e organizar o serviço público sob critérios de mérito.
- c) a tentativa de institucionalizar o modelo gerencial, com foco em resultados e descentralização federativa.
- d) a absorção dos serviços sociais pelo núcleo estratégico do Estado, sob lógica de publicização.
- e) a exclusão da burocracia e adoção direta de modelos de governança em rede.

19. A administração pública no governo Collor ficou marcada por uma tentativa de reforma que, diferentemente da de 1995, foi conduzida de forma improvisada e desarticulada. O aspecto mais lembrado desse período foi:

- a) a valorização da burocracia weberiana como forma de profissionalização do serviço público.
- b) a introdução de contratos de gestão com organizações sociais.
- c) o fortalecimento da Administração Indireta, por meio de autarquias e fundações.
- d) a institucionalização de conselhos gestores e participação popular.
- e) a campanha de desmoralização contra servidores, acompanhada de demissões e cortes abruptos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

- 20.** Acerca da estrutura normativa das finanças públicas e do planejamento e execução orçamentária federal, considerando os preceitos da Constituição Federal e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:
- a) O Banco Central pode conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a entes da Administração Pública indireta, desde que em caráter excepcional e previamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual.
 - b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não pode dispor sobre alterações na legislação tributária, pois essa competência é privativa da União e somente pode ser exercida mediante lei complementar.
 - c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser obrigatoriamente depositadas no Banco Central, como forma de garantir a unidade de tesouraria nacional.
 - d) O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhado do Anexo de Metas Fiscais, o qual inclui a demonstração da evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios e a avaliação atuarial dos regimes de previdência social.
 - e) O Plano Plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de subsídios e benefícios de natureza financeira.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Ricardo Torques*

- 21.** No Município X ocorrerá processo de escolha de conselheiros tutelares. Antônio, defensor do direito das crianças na cidade, pretende concorrer a uma das vagas. Ao pesquisar mais sobre o assunto, descobriu que, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA),
- a) a idade mínima para a candidatura é de 18 anos.
 - b) o conselho é composto de 4 membros.
 - c) não se admite recondução, ainda que por novo processo de escolha.
 - d) o mandato é de 4 anos.
 - e) os membros não são remunerados.
- 22.** O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Trata-se de marco legal do atendimento da população em situação de rua. De acordo com o referido decreto, é uma característica da população em situação de rua:
- a) ser um grupo homogêneo.
 - b) possuir em comum a pobreza extrema.
 - c) não possuir qualquer vínculo familiar.
 - d) não utilizarem as unidades de acolhimento para pernoite.
 - e) possuírem moradia convencional regular

23. Pedro, muito preocupado com o seu filho João, diagnosticado com transtorno psicótico grave, após esgotados todas as tentativas extra-hospitalares, requereu a internação psiquiátrica de João, sem o seu consentimento e em estabelecimento apropriado para tanto. De acordo com a Lei 10.216/2001, trata-se de uma internação psiquiátrica

- a) involuntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- b) voluntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- c) compulsória, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- d) involuntária, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- e) compulsória, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.

24. Pablo foi condenado pelo crime de roubo e encerrará o cumprimento de sua pena daqui a um mês. Sabendo da assistência que a Lei de Execução Penal estabelece ao egresso, ele procura se informar até quando será assim considerado. Em se tratando de liberado definitivo, a Lei de Execução Penal considerará Pablo como egresso pelo prazo de até

- a) 5 anos a contar da saída do estabelecimento.
- b) 6 meses a contar da saída do estabelecimento.
- c) 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
- d) 3 meses a contar da saída do estabelecimento.
- e) 2 anos a contar da saída do estabelecimento.

25. Carol é pessoa com deficiência e conta com o apoio de Alexandre, seu atendente pessoal. Considerando a situação de Carol, o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece o direito de receber atendimento prioritário em determinadas situações. Ao pesquisar, Alexandre concluiu corretamente que não se estende a ele, na condição de atendente pessoal, o direito ao atendimento prioritário com a finalidade de

- a) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda.
- c) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- d) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- e) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais no ambiente corporativo tem transformado as relações de trabalho. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A digitalização promoveu estabilidade universal dos vínculos empregatícios, reduzindo a rotatividade no mercado.
- b) O teletrabalho e o uso de plataformas digitais ampliaram a flexibilidade, mas também intensificaram desafios relacionados à jornada e à saúde mental.
- c) A adoção de inteligência artificial e automação eliminou por completo a necessidade de qualificação contínua dos trabalhadores.
- d) O trabalho em plataformas digitais garantiu direitos trabalhistas uniformes e equivalentes aos dos contratos formais.
- e) A transformação digital neutralizou as desigualdades regionais de acesso ao emprego.

27. Um dos efeitos do uso de IA e automação na produtividade do setor público é:

- a) O aumento de gargalos burocráticos decorrentes da digitalização de serviços.
- b) A eliminação total de falhas em processos administrativos, tornando-os infalíveis.
- c) A possibilidade de análise de grandes volumes de dados em tempo reduzido, auxiliando na formulação de políticas públicas.
- d) A substituição de processos digitais por fluxos exclusivamente manuais, para preservar a segurança.
- e) A diminuição da necessidade de planejamento estratégico, já que a IA toma decisões de forma autônoma.

28. No contexto da administração pública, a adoção de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e automação busca, entre outros objetivos:

- a) Substituir integralmente os servidores públicos por sistemas inteligentes.
- b) Automatizar processos rotineiros, aumentando a eficiência e liberando recursos humanos para atividades estratégicas.
- c) Eliminar a necessidade de transparência, já que sistemas automatizados garantem imparcialidade absoluta.
- d) Tornar dispensáveis as legislações e normas, uma vez que a tecnologia se autorregula.
- e) Reduzir a interoperabilidade entre órgãos, para restringir o compartilhamento de informações.

29. A incorporação de novas tecnologias na gestão pública, embora amplie a eficiência, também apresenta riscos. Um deles é:

- a) A dependência excessiva de fornecedores privados de tecnologia, o que pode gerar riscos de soberania e de continuidade dos serviços.
- b) A impossibilidade de realizar auditorias em sistemas informatizados, que tornam os processos totalmente opacos.
- c) A completa eliminação da discricionariedade administrativa, uma vez que algoritmos substituem juízos humanos.
- d) A ausência de vulnerabilidades de segurança, já que as tecnologias emergentes são plenamente seguras.
- e) A garantia de universalização imediata de acesso digital para todos os cidadãos, independentemente de condições regionais.

30. O uso de tecnologias emergentes na administração pública pode acarretar riscos significativos. Um deles é:

- a) A adoção de padrões abertos de interoperabilidade, que favorecem a integração de sistemas governamentais.
- b) A implementação de plataformas digitais de governo eletrônico, que ampliam o acesso a serviços.
- c) A digitalização de processos administrativos, que aumenta a celeridade das entregas estatais.
- d) A utilização de computação em nuvem, que proporciona maior escalabilidade e flexibilidade.
- e) A exposição de dados sensíveis de cidadãos em caso de falhas de segurança cibernética, comprometendo a privacidade e a confiança pública.

EIXO TEMÁTICO 1

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

André Rocha

31. O desenvolvimento sustentável é aquele que busca satisfazer a necessidade da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Sobre desenvolvimento sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, julgue os itens a seguir.

I – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

II – O ODS 18 – Igualdade Étnico-racial foi oficialmente incorporado ao texto internacional da Agenda 2030 por proposição do Brasil.

III – Caso o Brasil não cumpra os ODS até 2030, poderá sofrer sanções internacionais por parte do Tribunal Penal Internacional.

Estão corretos os itens:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I, II e III.
- d) I e III, somente.
- e) II e III, somente.

32. As mudanças climáticas são as mudanças de clima que podem ser direta ou indiretamente atribuídas à atividade humana, que alterem a composição da atmosfera mundial e que se somam àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

Indique a alternativa que contém uma das consequências das mudanças climáticas.

- a) Emissão de metano.
- b) Pecuária.
- c) Aumento da evapotranspiração.
- d) Aumento da estabilidade ecológica.
- e) Queima de combustíveis fósseis.

33. Sobre o perfil de emissões de gases de efeito estufa no Brasil e dados de emissão de 2023, assinale a alternativa correta.

- a) A agricultura é a atividade que mais emite diretamente gases de efeito estufa no Brasil.
- b) O centro-oeste é a região que mais emite gases de efeito de estufa no Brasil.
- c) A má gestão de resíduos sólidos no Brasil resulta em emissões provenientes maiores que as provenientes da produção de energia.
- d) São Paulo é o estado que mais emite gases de efeito estufa, sobretudo em razão das atividades industriais.
- e) A maior parte das emissões decorre de atividades ocorridas no Cerrado brasileiro.

ECONOMIA*Celso Natale*

34. A Economia Circular apresenta-se como alternativa ao modelo linear de produção e consumo. Nesse contexto, assinale a opção correta.

- a) A lógica da economia circular restringe-se ao ciclo de reciclagem de resíduos, sem abarcar etapas anteriores como o design e os modelos de negócio.
- b) O conceito de “Cradle to Cradle” defende que os materiais sejam projetados como nutrientes que possam ser continuamente reutilizados, sem perda de valor.
- c) A Economia do Desempenho enfatiza a maximização do consumo individual como motor da circularidade.
- d) A Ecologia Industrial exclui a responsabilidade das empresas sobre os produtos após o consumo, focando apenas na eficiência produtiva.
- e) O Capitalismo Natural sustenta a abundância de capital natural e a escassez de mão de obra como premissas de sua abordagem.

35. Sobre os antecedentes e a evolução da Economia Circular, assinale a alternativa incorreta.

- a) Kenneth Boulding contribuiu com a distinção entre sistemas abertos e fechados, antecipando preocupações com poluição e resíduos.
- b) O documento “Os Limites do Crescimento”, do Clube de Roma (1972), alertou para as consequências do crescimento econômico descontrolado.
- c) A União Europeia lançou, em 2015, o Plano de Ação de Economia Circular “Closing the Loop”, visando prolongar o valor de produtos e recursos.
- d) A China, a partir da década de 2000, incorporou oficialmente a economia circular em sua legislação, vinculando-a à dissociação entre crescimento econômico e consumo de recursos.
- e) A Economia Circular fundamenta-se em princípios de ecoeficiência decremental, propondo reduzir impactos negativos.

36. A respeito das correntes de pensamento e dos blocos estruturais da Economia Circular, analise os itens a seguir.

- I. A Economia Azul, inspirada em Gunter Pauli, enfatiza a criação de soluções sustentáveis inspiradas nos sistemas naturais, eliminando o desperdício.
- II. O conceito de Inputs Circulares propõe o uso de recursos renováveis, seguros e reciclados no design de produtos, minimizando riscos de escassez.
- III. A Economia do Desempenho prioriza a venda de bens físicos duráveis, desconsiderando serviços como modelo de negócio.
- IV. Entre os aceleradores da Economia Circular estão tecnologias digitais, como big data e Internet das Coisas, capazes de otimizar fluxos circulares.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) II e III
- e) III e IV

37. A gestão democrática pelos próprios trabalhadores, característica dos empreendimentos de economia solidária, denomina-se:

- a) Autogestão
- b) Heterogestão
- c) Meritocracia
- d) Taylorização
- e) Fordismo

38. A respeito da economia solidária no Brasil e de seus princípios, analise os itens a seguir:

- I. A propriedade do capital é coletiva entre os trabalhadores, com distribuição de ganhos, reinvestimentos e fundos para educação.
- II. A heterogestão caracteriza as cooperativas solidárias, com decisões centralizadas e hierarquia rígida.
- III. Finanças solidárias incluem bancos comunitários, moedas sociais e fundos rotativos solidários.
- IV. O Conselho Nacional de Economia Solidária teve atividades paralisadas em 2018 e retomadas em 2023.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I, III e IV
- d) II e III
- e) III e IV

39. O pilar da Economia Criativa que assegura a apropriação dos resultados pelos criadores por meio de direitos autorais, marcas e patentes denomina-se:

- a) Inovação
- b) Cultura
- c) Propriedade Intelectual
- d) Colaboração
- e) Financiamento

40. A respeito da Economia Criativa no Brasil, analise os itens a seguir:

- I. Não existe uma lei única e abrangente da Economia Criativa; a regulação decorre de marcos como a Lei de Direitos Autorais, leis de incentivo à cultura e o Marco Legal de CT&I.
- II. A criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC), em 2011, visou formular políticas, estruturar territórios criativos e produzir dados do setor.
- III. Indústrias extrativas e de base (mineração, siderurgia) são o núcleo típico da Economia Criativa, por dependerem de capital tangível.
- IV. Setores como moda, design, audiovisual, software e publicidade são exemplos usuais da Economia Criativa, intensivos em criatividade e propriedade intelectual.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) II e III
- e) III e IV

**MEIO AMBIENTE E DESIGUALDADES
SOCIOECONÔMICAS***Leandro Signori*

41. A relação entre meio ambiente e desigualdades socioeconômicas no Brasil revela a forma desigual como diferentes grupos sociais são afetados pelos impactos ambientais e pelas políticas públicas de proteção e preservação. Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O conceito de racismo ambiental refere-se à destinação desigual de riscos e danos ambientais para populações vulneráveis, frequentemente negras, indígenas e periféricas.
- b) A degradação ambiental no Brasil atinge de forma homogênea os diferentes grupos sociais, sem correlação com desigualdades econômicas ou raciais.
- c) Justiça ambiental busca assegurar que todos os grupos sociais tenham direito equitativo à proteção ambiental e à participação nas decisões que afetam seus territórios.
- d) A pobreza urbana intensifica a vulnerabilidade ambiental, pois populações periféricas frequentemente habitam áreas de risco, como encostas e margens de rios.
- e) O debate sobre meio ambiente e desigualdade socioeconômica no Brasil incorpora dimensões territoriais, evidenciando que regiões pobres e periferias urbanas sofrem impactos mais graves.

42. A relação entre energia e desenvolvimento envolve múltiplas dimensões — econômicas, sociais, ambientais, geopolíticas e tecnológicas. O debate contemporâneo sobre como as sociedades devem estruturar suas matrizes energéticas evidencia desafios e oportunidades que podem redefinir o rumo da economia global e das políticas públicas.

Com base nesse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- a) O conceito de transição energética não se limita à substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis, mas abrange também processos de descarbonização, eletrificação de setores e ganhos de eficiência energética.
- b) A energia solar e a eólica são consideradas fontes limpas e renováveis, mas sua expansão pode gerar conflitos socioambientais, sobretudo quando projetos de grande porte afetam comunidades tradicionais ou implicam disputas fundiárias.
- c) A pobreza energética refere-se apenas à ausência total de acesso à rede elétrica, desconsiderando situações em que famílias conectadas à rede enfrentam dificuldades de pagar tarifas ou de utilizar energia em quantidade e qualidade adequadas.
- d) A transição energética pode ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento, capaz de gerar empregos, atrair investimentos e reduzir desigualdades sociais, mas também apresenta riscos de aprofundar disparidades se não for conduzida de forma justa e planejada.
- e) O Brasil possui uma matriz elétrica majoritariamente renovável, em especial pela predominância da geração hidrelétrica, mas enfrenta vulnerabilidades associadas a crises hídricas, que exigem diversificação por meio de fontes alternativas como solar e eólica.

EIXO TEMÁTICO 2**TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL***Leandro Signori*

43. A globalização contemporânea apresenta dimensões múltiplas — comercial, produtiva, tecnológica e financeira — que moldam a interdependência entre países e redefinem suas trajetórias de desenvolvimento. Considerando a inserção do Brasil nesse cenário, analise as afirmativas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- a) No campo comercial, o Brasil consolidou-se como grande exportador de commodities agrícolas e minerais, mas mantém baixa participação em produtos industrializados de alto valor agregado.
- b) A inserção produtiva do Brasil está fortemente vinculada ao agronegócio e à mineração, setores competitivos globalmente, mas que reforçam vulnerabilidades quanto à dependência de preços internacionais e reprimarização da economia.
- c) A globalização tecnológica é caracterizada pela difusão homogênea das inovações digitais, e o Brasil apresenta índices equivalentes aos de países centrais em termos de acesso, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas.
- d) A globalização financeira ampliou fluxos de capitais e investimentos estrangeiros no Brasil, mas também aumentou a vulnerabilidade do país a crises externas e à volatilidade cambial.
- e) O Brasil participa da globalização com potencial de protagonismo em setores estratégicos, mas sua integração é marcada por assimetrias, dependência tecnológica e desafios de diversificação produtiva.

44. O desenvolvimento urbano no Brasil está associado a processos históricos, econômicos e sociais que moldaram a expansão das cidades e os desafios contemporâneos da urbanização. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A urbanização brasileira foi acelerada a partir da década de 1950, marcada pela industrialização e pelo êxodo rural.

b) O padrão de urbanização brasileiro é marcado pela predominância de cidades médias desde o século XIX.

c) O processo urbano brasileiro esteve acompanhado por ampla universalização de saneamento básico.

d) A metropolização brasileira ocorreu de forma homogênea em todas as regiões do país.

e) O Estatuto da Cidade (2001) restringe-se à normatização de obras de infraestrutura em áreas metropolitanas.

45. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil no século XXI buscaram integrar dimensões produtivas, sociais, culturais e ambientais, articulando o agronegócio, a agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar e nutricional. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir e assinale a **INCORRETA**:

- a) O agronegócio brasileiro é responsável por expressiva parcela do PIB, articulando cadeias produtivas “antes, dentro e depois da porteira”, mas enfrenta críticas por sua concentração fundiária e impactos ambientais.
- b) A agricultura familiar responde pela maior parte da produção de alimentos básicos consumidos internamente e é reconhecida juridicamente como sujeito de políticas públicas específicas.
- c) A segurança alimentar e nutricional (SAN) restringe-se ao fornecimento de calorias suficientes para suprir as necessidades fisiológicas, sem considerar aspectos culturais, sociais ou ambientais.
- d) Programas como o PAA (aquisição de alimentos) e o PNAE (merenda escolar) fortalecem a agricultura familiar ao garantir mercados institucionais, promover a diversidade alimentar e contribuir para a inclusão social.
- e) Apesar de avanços institucionais, persistem desafios estruturais como a concentração de terras, a dependência externa de insumos agrícolas e a vulnerabilidade de populações rurais frente à insegurança alimentar.

46. Celso Furtado foi um dos principais intelectuais e formuladores de políticas públicas no Brasil, com forte atuação na análise das desigualdades regionais e na criação de instrumentos para enfrentá-las. Sua obra e prática política tiveram impacto decisivo na formulação de estratégias de desenvolvimento no século XX.

Sobre a contribuição de Celso Furtado para as políticas de desenvolvimento regional no Brasil, assinale a **INCORRETA**:

- a) Furtado destacou a relação estrutural entre subdesenvolvimento e desigualdades regionais, defendendo que estas não eram transitórias, mas parte do processo histórico de formação econômica do país.
- b) Como superintendente da SUDENE (criada em 1959), Furtado idealizou políticas voltadas para o Nordeste, combinando investimentos em infraestrutura, industrialização regional e modernização agrícola.
- c) A crítica furtadiana ao subdesenvolvimento ressaltava a dependência externa, a concentração fundiária e a insuficiência de políticas públicas centralizadas, o que limitava o dinamismo das regiões mais pobres.
- d) Para Furtado, o desenvolvimento regional deveria se apoiar exclusivamente na expansão do agronegócio exportador, considerado o único motor capaz de superar as desigualdades históricas do Nordeste.
- e) Sua perspectiva inovadora defendia que o Estado deveria atuar como agente planejador, articulando investimentos públicos e privados, a fim de reduzir disparidades territoriais e integrar o Nordeste ao projeto nacional de desenvolvimento.

47. O Mapa da Fome da FAO/ONU é um dos principais indicadores internacionais sobre a prevalência da subnutrição no mundo. A presença ou ausência de um país nesse relatório não significa apenas uma estatística, mas expressa o resultado de políticas públicas, dinâmicas socioeconômicas e condições de produção e acesso aos alimentos. O Brasil, que já havia saído do Mapa em 2014 e retornado em 2022, voltou a ser excluído do levantamento em 2025, reacendendo o debate sobre segurança alimentar e as persistentes desigualdades sociais.

Com base nesse contexto, analise as afirmativas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- a) Sair do Mapa da Fome significa que a prevalência de subnutrição ficou abaixo de 2,5% da população brasileira, segundo critérios da FAO/ONU.
- b) O resultado considera médias móveis trienais de dados de produção e consumo alimentar, não apenas dados de um único ano.
- c) Mesmo com a saída, milhões de brasileiros continuam em situação de insegurança alimentar — a mudança no status não elimina desigualdades estruturais de acesso à alimentação.
- d) O governo atribui parte da conquista ao fortalecimento da alimentação escolar, apoio à agricultura familiar e políticas de transferência de renda.
- e) A saída do Mapa da Fome implica que o Brasil já erradicou totalmente a insegurança alimentar grave e que o problema da fome foi superado.

48. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em sua versão mais recente (PNDR III, 2024), representa um marco na trajetória das políticas regionais brasileiras, reafirmando o papel do Estado como indutor do desenvolvimento equilibrado em um país marcado por fortes assimetrias territoriais. Considerando as características, objetivos e princípios dessa política, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A PNDR é reconhecida como uma política transversal e sistêmica, que busca reduzir desigualdades espaciais articulando políticas setoriais e territoriais, em diferentes escalas de atuação.
- b) Entre os princípios da PNDR estão a transparência, a participação social, a cooperação federativa, o planejamento integrado e a valorização da diversidade cultural, social e ambiental das regiões.
- c) Um dos objetivos estratégicos da PNDR é a convergência, entendida como a redução das disparidades regionais, promovendo coesão econômica, social e territorial sem necessariamente impor a igualdade plena de desenvolvimento entre regiões.
- d) As estratégias da PNDR incluem a estruturação de sistemas de governança, a implementação de Núcleos de Inteligência Regional, o apoio a arranjos produtivos locais e a integração de cadeias produtivas regionais às nacionais e globais.
- e) A atual PNDR concentra sua atuação quase exclusivamente em subsídios fiscais e em grandes projetos industriais localizados em polos de crescimento, retomando o modelo clássico das superintendências regionais da década de 1960.

49. A Nova Geografia Econômica (NGE), formulada por Paul Krugman nos anos 1990, destaca o papel dos retornos crescentes de escala e das economias de aglomeração na explicação da concentração espacial das atividades produtivas. Esse enfoque ajuda a compreender a lógica pela qual grandes centros metropolitanos e clusters industriais ganham competitividade, enquanto regiões periféricas enfrentam maiores obstáculos de inserção econômica. No Brasil, a aplicação da NGE tem sido observada tanto em polos industriais consolidados como o ABC Paulista e a Região Metropolitana de São Paulo, quanto em experiências de aglomerações produtivas regionais.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os retornos crescentes de escala explicam por que indústrias como a automobilística no ABC Paulista e a Embraer em São José dos Campos se tornaram altamente competitivas, reduzindo custos médios pela produção em grande escala.
- b) As economias de aglomeração no Brasil dependem exclusivamente da proximidade a recursos naturais abundantes, como ocorre no Centro-Oeste, não se relacionando à especialização produtiva ou ao conhecimento compartilhado.
- c) A NGE sustenta que os custos de transporte perderam relevância no mundo globalizado, sendo irrelevantes para a localização de atividades produtivas no Brasil contemporâneo.
- d) O conceito de path dependence é secundário na análise da NGE, pois as vantagens históricas de localização não condicionam de forma significativa a permanência dos polos produtivos.
- e) A dinâmica centro-periferia, na visão da NGE, deixou de ser observada no Brasil, uma vez que os processos de globalização eliminaram as desigualdades territoriais internas.

50. O desenvolvimento rural brasileiro no século XXI envolve uma série de contradições: de um lado, a força do agronegócio como motor da economia, integrado às cadeias globais de valor; de outro, os desafios da agricultura familiar, os conflitos fundiários, os impactos ambientais e as desigualdades sociais e regionais persistentes.

Com base nesse contexto, analise as afirmativas a seguir e assinale a **INCORRETA**:

- a) O agronegócio consolidou-se como setor estratégico da economia brasileira, sendo responsável por superávits comerciais e pela inserção do país como grande exportador global de commodities agrícolas.
- b) A agricultura familiar desempenha papel central na segurança alimentar e nutricional, respondendo por grande parte da produção de alimentos básicos consumidos internamente.
- c) Conflitos no campo envolvem disputas por terra, desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e pressões sobre territórios indígenas e comunidades tradicionais.
- d) A modernização produtiva no campo tem sido associada à superação de desigualdades e à consolidação de um padrão irreversível de sustentabilidade.
- e) O rural brasileiro combina potencial de inovação e integração global com o desafio de conciliar inclusão social, competitividade e sustentabilidade.

CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Marco Túlio

51. A Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet) instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é formado por três mecanismos distintos de fomento cultural. Sobre esses mecanismos, assinale a alternativa correta.
- a) O Fundo Nacional de Cultura (FNC) destina-se a apoiar, a fundo perdido, projetos culturais apresentados por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, enquanto o Incentivo a Projetos Culturais permite que pessoas físicas e jurídicas destinem parte do imposto de renda devido a projetos culturais aprovados.
 - b) O Incentivo a Projetos Culturais consiste na captação de recursos diretamente pelo Ministério da Cultura, que redistribui o montante às empresas culturais, enquanto o Ficart é um fundo exclusivo de apoio a instituições de ensino superior.
 - c) O Ficart corresponde ao financiamento estatal direto, enquanto o FNC se baseia em renúncia fiscal e captação de recursos privados.
 - d) O FNC financia apenas projetos com retorno econômico imediato, e o Incentivo a Projetos Culturais é restrito a empresas públicas que destinem recursos ao setor cultural.
 - e) O Pronac é composto apenas pelo Incentivo a Projetos Culturais e pelo FNC, sendo o Ficart extinto pela Lei nº 8.313/1991.

SISTEMAS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS DE INOVAÇÃO*Celso Natale*

52. Acerca da concorrência no capitalismo segundo Schumpeter, assinale a opção correta.

- a) A concorrência schumpeteriana é estática, buscando o equilíbrio de mercado a partir da homogeneização entre empresas.
- b) Para Schumpeter, monopólio e concorrência são fenômenos excludentes, devendo ser tratados como opostos irreconciliáveis.
- c) A teoria schumpeteriana entende a concorrência como processo dinâmico, baseado em inovações que geram diferenciação entre empresas.
- d) A busca por lucros normais caracteriza o objetivo principal das firmas na visão schumpeteriana.
- e) O mercado é a unidade central de análise, sendo as empresas apenas receptores passivos das forças competitivas.

53. O processo de atividades sistemáticas voltadas à criação de novos conhecimentos, produtos ou processos, incluindo pesquisa básica, aplicada e desenvolvimento experimental, denomina-se:

- a) Difusão
- b) Escalonamento
- c) P&D
- d) Spin-off
- e) Cluster

54. A respeito dos sistemas regionais e locais de inovação no Brasil, analise os itens:

- I. O Porto Digital, em Recife, é exemplo de sistema regional de inovação voltado para software, TIC e economia criativa.
- II. O ecossistema de Florianópolis é referência em TIC, articulado por instituições como a ACATE e a Fundação Certi.
- III. São José dos Campos constitui um sistema local de inovação com forte especialização aeroespacial, articulando ITA, Embraer e Parque Tecnológico.
- IV. A lógica dos sistemas locais de inovação se baseia na dispersão geográfica, que facilita a competição entre regiões.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e IV

EIXO TEMÁTICO 3**ANÁLISE FINANCEIRA, MERCADOS E RISCO***Paulo Portinho*

55. No âmbito da Teoria de Capital de Giro, a Necessidade de Capital de Giro (NCG) pode ser determinada por meio da seguinte expressão:

- a) Estoques + Adiantamentos a Fornecedores – Clientes
- b) Clientes + Adiantamentos de Clientes – Estoques
- c) Clientes + Fornecedores – Estoques
- d) Clientes + Estoques – Fornecedores
- e) Clientes – Fornecedores + Adiantamentos de Clientes

56. A Companhia XYZ apresenta os seguintes dados:

- Valor de mercado do Capital de Terceiros (milhões): R\$ 100
- Valor de mercado do Capital Próprio Ordinário: R\$ 100
- Valor de mercado do Capital Próprio Preferencial: R\$ 100
- Taxa de juros paga pelo uso de capital de terceiros: 15% ao ano.
- Taxa de juros livre de risco: 15% ao ano.
- Prêmio por risco: 10% ao ano.
- Beta das ações preferenciais da empresa: 0,9.
- Beta das ações ordinárias da empresa: 1,5.

Utilizando-se o modelo CAPM para calcular o custo do capital próprio e supondo-se que a alíquota marginal dos tributos sobre o lucro da companhia é de 20%, o custo médio ponderado do capital (ao ano), em %, é mais próximo a

- a) 15%.
- b) 18%.
- c) 22%.
- d) 23%.
- e) 25%.

57. Os seguintes índices dos exercícios 2023 e 2024, calculados a partir dos balanços publicados pela companhia XPTO S.A, estão divulgados no quadro a seguir.

	2023	2024
Giro dos estoques	5,0	3,0
Capital de giro líquido	- 35	- 40
Imobilização do Patrimônio Líquido	100%	35%
Liquidez seca	1,0	0,0

Considerando essa situação hipotética, acerca do comportamento dos índices, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os índices pioraram.
- b) Somente o giro os estoques, o capital de giro líquido e a liquidez seca pioraram.
- c) O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido não tem conotação clara sobre piorar ou melhorar com os números apresentados.
- d) Todos os índices melhoraram.
- e) A liquidez seca melhorou.

58. Sobre o giro dos ativos, indique a opção que está incorreta:

- a) Representa a relação entre a receita líquida de vendas e o total de ativos, indicando quantas vezes os ativos "giram" para gerar vendas em um período.
- b) Mostra quão eficientemente uma empresa emprega seus ativos para produzir receita.
- c) Indica a produtividade dos ativos de uma empresa, expressando a capacidade de gerar vendas a partir dos recursos disponíveis.
- d) É um índice que indica a eficiência operacional da empresa.
- e) É calculado pela divisão do lucro líquido pelo total de ativos, indicando quantas vezes o ativo gira para gerar aquele lucro.

59. Com relação aos princípios da gestão de riscos, examine as definições a seguir:

- I. Intensidade de um risco, representada pela combinação do impacto de suas consequências e a probabilidade de ocorrência.
- II. Risco ao qual uma organização está sujeita sem levar em conta quaisquer medidas gerenciais que possam diminuir sua probabilidade ou impacto.
- III. Risco ao qual uma organização permanece exposta após a aplicação de medidas gerenciais para mitigar o risco.

Marque a opção que associa corretamente as definições acima aos seus respectivos conceitos:

- a) (I) Risco inexistente - (II) Nível de Risco - (III) Risco Residual
- b) (I) Risco Residual - (II) Risco Inerente - (III) Nível de Risco
- c) (I) Tolerância ao Risco - (II) Nível de Risco - (III) Risco Inerente
- d) (I) Nível de Risco - (II) Risco Residual - (III) Risco Inerente
- e) (I) Nível de Risco - (II) Risco Inerente - (III) Risco Residual

FALHAS DE MERCADO E ATUAÇÃO DO ESTADO

Nick Simonek

60. Após anos de crescimento acelerado baseado na livre iniciativa, o país de Arandela começou a enfrentar sérias consequências da ausência de regulação estatal. Grandes conglomerados dominaram setores estratégicos, reduzindo a concorrência e impondo preços abusivos. A degradação ambiental se intensificou, e os serviços públicos passaram a operar de forma precária, afetando principalmente as populações mais vulneráveis. Diante desse cenário, o governo decidiu não estatizar diretamente os setores, mas criar agências reguladoras autônomas para fiscalizar, normatizar e equilibrar os interesses privados com os direitos coletivos, promovendo a defesa do consumidor e a livre concorrência.

A postura do Estado descrita no cenário, que visa a corrigir as distorções do mercado, é característica do modelo:

- a) Liberal, que preconiza a autorregulação e a não intervenção estatal.
- b) do Bem-Estar Social, em que o Estado assume o controle direto da produção e estatiza setores essenciais para prover bens e serviços.
- c) Regulador, que atua como agente normativo e fiscalizador, buscando conciliar os interesses privados com o interesse coletivo.
- d) Autocrático, em que o Estado exerce controle total sobre a economia, suprimindo a iniciativa privada.
- e) Misto, em que o Estado e o mercado coexistem sem qualquer tipo de regulação ou supervisão mútua.

61. O governo do país de Novaterra identificou que o setor de biotecnologia, apesar de seu alto potencial de inovação e geração de empregos qualificados, enfrentava dificuldades para se desenvolver. As empresas do setor tinham acesso limitado a crédito, enfrentavam barreiras para entrar em mercados internacionais e careciam de infraestrutura adequada para pesquisa. Reconhecendo essas falhas de mercado, o Estado decidiu implementar uma política pública voltada ao fortalecimento do setor. Essa política incluiu incentivos fiscais, criação de centros tecnológicos, capacitação profissional e parcerias com universidades. O objetivo era estimular a competitividade, promover inovação e gerar benefícios sociais e econômicos de longo prazo.

A estratégia adotada pelo Estado, conforme descrita no cenário, é um exemplo de:

- a) Intervenção direta, em que o Estado assume o controle da produção e gestão das empresas do setor.
- b) Subsidiarismo, modelo em que o Estado apenas atua quando a iniciativa privada falha completamente.
- c) Fomento, mecanismo regulatório que utiliza estímulos e subsídios para impulsionar setores estratégicos.
- d) Liberalismo econômico, que defende a não intervenção estatal e a autorregulação do mercado.
- e) Nacionalização, processo em que o Estado incorpora empresas privadas ao patrimônio público.

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Stefan Fantini

62. O tipo de planejamento voltado para as atividades rotineiras da organização, elaborado pelos supervisores, que se preocupa com “o que” deve ser feito e “como” realizar, com foco no curto prazo, é denominado:

- a) Planejamento estratégico.
- b) Planejamento tático.
- c) Planejamento operacional.
- d) Planejamento institucional.
- e) Planejamento global.

63. A empresa João das Neves Company realizou uma análise SWOT e constatou que boa parte de suas unidades funcionava com funcionários pouco qualificados e equipamentos ultrapassados. No mesmo período, foi anunciado que uma multinacional de grande porte ingressaria no mesmo mercado em que a empresa atua.

De acordo com a análise SWOT, os elementos identificados pela empresa foram, respectivamente:

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e ameaças no ambiente externo.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.

GESTÃO DE RISCOS*Rodrigo Rennó*

64. Uma secretaria estadual pretende implantar uma política de gestão de riscos baseada na ISO 31000/2018. Durante a discussão inicial, um servidor afirma que risco é sempre algo negativo, enquanto outro argumenta que também pode representar oportunidades. À luz da ISO 31000 e do TCU, risco é definido como:

- a) a possibilidade de eventos exclusivamente adversos que comprometam a realização de objetivos.
- b) o efeito da incerteza sobre objetivos, podendo gerar consequências positivas ou negativas.
- c) um conjunto de falhas operacionais capazes de produzir perdas financeiras.
- d) a probabilidade de fracasso de processos críticos vinculados ao planejamento estratégico.
- e) uma medida da vulnerabilidade organizacional diante de contextos externos instáveis.

GOVERNANÇA E ARRANJOS FEDERATIVOS TERRITORIAIS: CONSÓRCIOS PÚBLICOS, REGIÕES METROPOLITANAS, REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO, AGLOMERAÇÕES URBANAS*Antônio Daud*

65. A União e o Estado do Rio Grande do Norte decidem formar um consórcio público para administrar um porto. No momento de elaborar o protocolo de intenções, surge a controvérsia sobre como o consórcio será fiscalizado. A União defende que a fiscalização contábil, operacional e patrimonial seja exclusiva do Tribunal de Contas da União (TCU).

Analizando a estrutura de controle dos consórcios públicos prevista na Lei nº 11.107/2005, a fiscalização sobre este consórcio será exercida:

- a) exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União, por se tratar de consórcio com participação da União.
- b) exclusivamente pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, pois o porto está localizado em seu território.
- c) pelo Tribunal de Contas da União, se o representante legal do consórcio for o Presidente da República ou, pelo Tribunal de Contas do Estado, em caso contrário.
- d) pelo Tribunal de Contas da União, quanto à aplicação dos recursos repassados pela União, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, quanto à aplicação dos recursos estaduais, caracterizando dupla sujeição ao controle externo.
- e) apenas pelo controle interno do próprio consórcio, sendo vedada a fiscalização por Tribunais de Contas para garantir a autonomia do arranjo federativo.

**GOVERNANÇA E ARRANJOS FEDERATIVOS
TERRITORIAIS***Núbia Ferreira*

66. O Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) estabelece diretrizes para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Acerca das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, assinale a alternativa correta
- a) A criação de uma região metropolitana ou de aglomeração urbana deve ser sucedida de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial.
 - b) Os Estados, mediante lei ordinária, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - c) Configura-se aglomeração urbana o espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pelo IBGE.
 - d) A lei estadual que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá ser revista, pelo menos, a cada 5 (cinco) anos.
 - e) O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

EIXO TEMÁTICO 4**ECONOMIA***Celso Natale*

67. O chamado “milagre econômico” brasileiro (1968-1973) foi marcado por forte crescimento, mas também deixou importantes fragilidades. A esse respeito, assinale a opção correta.
- a) A elevada entrada de capitais externos contribuiu para financiar o crescimento e melhorar temporariamente o balanço de pagamentos.
 - b) O país tornou-se menos dependente do setor externo, principalmente em petróleo e financiamento.
 - c) O processo de indexação da economia foi eliminado, reduzindo a inflação inercial no longo prazo.
 - d) O estímulo à demanda agregada foi a principal estratégia adotada para conter a inflação.
 - e) A capacidade ociosa reduzida da indústria gerou pressão inflacionária já no início do período.
68. Durante o governo Geisel (1974-1979), a política econômica buscou sustentar o crescimento após o “milagre econômico”, apoiando-se em estratégias de expansão produtiva. A respeito desse período, analise as afirmações abaixo:
- I. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi elaborado com foco na diversificação industrial e na infraestrutura.
 - II. Houve ampliação do papel do Estado, especialmente em setores estratégicos como energia e transportes.
 - III. A política econômica adotou medidas de austeridade fiscal, restringindo gastos públicos para conter a inflação.
 - IV. O financiamento externo foi utilizado para viabilizar grandes investimentos.
- Está correto apenas o que se afirma em:
- a) I, II e III
 - b) II, III e IV
 - c) I, III e IV
 - d) I, II e IV
 - e) I e III

69. Durante a crise da dívida externa (1980-1984), o Brasil enfrentou sérias restrições macroeconômicas. Sobre esse contexto, assinale a alternativa incorreta.

- a) A credibilidade externa do país foi abalada, com queda no fluxo de capitais estrangeiros.
- b) A deterioração fiscal decorreu de fatores como aumento dos juros da dívida interna e déficit das estatais.
- c) O acordo com o FMI estabeleceu medidas de ajuste que incluíram controle fiscal, juros elevados e estímulo às exportações.
- d) A balança comercial brasileira obteve superávits, em parte devido às minidesvalorizações cambiais.
- e) O ajuste ortodoxo resultou em modesta queda da inflação e recessão econômica em 1982.

70. O Plano Cruzado, lançado em 1986 no governo Sarney, marcou a primeira tentativa heterodoxa de controle da inflação no período da Nova República. Sobre suas características, classifique as afirmativas a seguir em V (verdadeiras) ou F (falsas):

- () Houve substituição da moeda, com a criação do cruzado em lugar do cruzeiro, na paridade Cr\$ 1.000,00 = Cz\$ 1.
- () O plano diagnosticava a inflação como inercial e instituiu mecanismos como congelamento de preços e gatilho salarial.
- () A política adotada foi de austeridade fiscal, com cortes expressivos de gastos públicos e arrocho monetário.
- () A política cambial foi liberalizada, permitindo câmbio totalmente flutuante e livre entrada de divisas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V – V – F – F
- b) F – V – V – F
- c) V – F – F – V
- d) V – V – V – F
- e) V – F – V – V

71. O Plano Verão, lançado em 1989, marcou a última tentativa de estabilização monetária antes do governo Collor. Entre suas características, destaque-se:

- a) Política monetária neutra, sem alteração relevante da taxa de juros.
- b) Combinação de medidas heterodoxas (como congelamento de preços) com ortodoxas (como ajuste fiscal e política monetária restritiva).
- c) Manutenção da correção monetária plena nos contratos financeiros, sem qualquer alteração de indexação.
- d) Exclusiva ênfase em políticas ortodoxas, sem recorrer a congelamento de preços ou medidas heterodoxas.
- e) Supressão da tablita de conversão, evitando expurgos inflacionários nos contratos pré e pós-fixados.

72. O elemento mais marcante do Plano Collor I, em 1990, foi:

- a) Adoção da URV como padrão estável para indexação de preços.
- b) Corte abrupto da liquidez, com confisco de depósitos bancários acima de determinado valor.
- c) Política monetária expansionista, para estimular o crescimento econômico.
- d) Exclusiva ênfase em subsídios ao setor privado para conter a inflação.
- e) Introdução do real como nova moeda, substituindo o cruzado.

73. Na história recente, o Brasil implementou diferentes planos econômicos voltados à estabilização e ao combate à inflação. Associe cada plano às suas principais medidas:

1. Plano Real
2. Plano Cruzado
3. Plano Collor

4. PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo)

() Congelamento de preços e salários em toda a economia, criação de nova moeda e eliminação de zeros.

() Criação de uma nova moeda vinculada a uma âncora cambial, precedida da introdução de uma unidade de referência de valor que ajudou a estabilizar preços.

() Ênfase em reformas estruturais e fiscais, ajuste das contas públicas, limitação do crédito e introdução da correção monetária.

() Confisco de ativos financeiros, com bloqueio de grande parte dos depósitos em contas correntes e poupança, além de congelamento de preços e salários.

Assinale a alternativa com a ordem correta:

- a) 3 – 1 – 4 – 2
- b) 3 – 2 – 1 – 4
- c) 2 – 1 – 4 – 3
- d) 2 – 3 – 1 – 4
- e) 4 – 1 – 3 – 2

74. O Plano Real foi estruturado em três fases sucessivas de combate à inflação. Na ordem cronológica correta, essas etapas foram:

- a) ajuste fiscal, indexação total da economia e reforma monetária.
- b) ajuste fiscal, reforma monetária e criação da URV.
- c) âncora monetária, indexação completa e âncora cambial.
- d) criação da URV, conversão do cruzeiro real em real e adoção do câmbio fixo.
- e) Plano de Ação Imediata (PAI), criação do IPMF e instituição do Fundo Social de Emergência (FSE).

75. Entre 2003 e 2006, uma medida econômica de destaque implementada pelo governo federal foi:

- a) a intensificação do processo de privatizações iniciado na década de 1990.
- b) a interrupção das relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI).
- c) a extinção do regime de metas de inflação.
- d) a flexibilização da política fiscal, com diminuição das metas de superávit primário.
- e) a redefinição da atuação do BNDES, que passou a priorizar o financiamento de investimentos de empresas nacionais, em vez de apoiar a aquisição de estatais por capital estrangeiro.

76. Com base na política econômica adotada no início do governo Lula (2003), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O governo Lula preservou e até ampliou a política de superávits primários, buscando transmitir credibilidade ao mercado e à comunidade internacional.
 - II. Houve desvalorização cambial contínua como estratégia deliberada para estimular as exportações brasileiras.
 - III. A elevação das taxas de juros foi utilizada como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo.
 - IV. O governo promoveu a rolagem compulsória da dívida pública, medida que chegou a ser cogitada antes das eleições.
 - V. A expectativa de forte aumento dos investimentos públicos em relação ao PIB não se confirmou na prática.
- a) Apenas o item I está correto.
 - b) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - c) Apenas os itens I e V estão corretos.
 - d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
 - e) Todos os itens estão corretos.

77. Em relação aos efeitos da crise financeira internacional de 2008 e da pandemia de Covid-19 sobre a economia brasileira, em comparação com a média dos países da OCDE, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Na crise de 2008, o Brasil sofreu queda moderada do PIB, mas a rápida expansão do crédito público e privado permitiu uma recuperação mais veloz que a média da OCDE.
 - II. Durante a pandemia de Covid-19, a retração inicial do PIB brasileiro foi semelhante à média da OCDE, mas a recuperação subsequente foi mais lenta, marcada por inflação elevada e maior desemprego estrutural.
 - III. Enquanto a reação à crise de 2008 baseou-se principalmente em estímulos ao consumo e expansão do crédito, na pandemia de Covid-19 destacou-se o auxílio emergencial como política central de sustentação da renda.
 - IV. Nas duas situações, o Brasil apresentou desempenho fiscal superior à média da OCDE, com menor endividamento público relativo ao PIB.
- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - b) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
 - d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
 - e) Todos os itens estão corretos.

78. Sobre o Auxílio Emergencial instituído em 2020 no Brasil, como resposta aos impactos econômicos da pandemia de Covid-19, analise as afirmações abaixo:

- I. O benefício foi inicialmente concedido por três parcelas de R\$ 600,00, prorrogadas posteriormente, com valor reduzido em fases seguintes.
- II. Estavam aptos a receber o auxílio trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEIs), desde que cumprissem requisitos de renda familiar.
- III. O programa vedava o pagamento a quem já fosse beneficiário do Regime Próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social.
- IV. A legislação previu, de forma expressa, que rendimentos oriundos de programas federais de transferência de renda não seriam contabilizados para aferição da renda familiar mensal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Todos os itens estão corretos.

EIXO TEMÁTICO 5**REALIDADE BRASILEIRA / REGIONAL
(ESTADO/MUNICÍPIO)***Leandro Signori*

79. *Brasil tem 213,4 milhões de habitantes, diz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

A população do Brasil é estimada em 213.421.037 habitantes, informou o IBGE, no dia 28 de agosto. O dado representa um crescimento de 0,39% em relação a 2024 (212.583.750 pessoas).

O levantamento considera uma contagem realizada até 1º de julho de 2025 e mostra a população total de estados e municípios. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

G1, 28 de agosto de 2025. Acesso em: 15 set. 2025. Com adaptações.
Disponível em <https://encurtador.com.br/gnl2t>.

A respeito dos dados trazidos pelo IBGE, assinale a afirmativa correta.

- a) Rio de Janeiro continua como a unidade da Federação com mais habitantes e Roraima a com menos.
- b) O estado do Rio de Janeiro apresentou um dos maiores crescimentos registrados.
- c) Os resultados dessa última estimativa do IBGE mostram uma tendência de crescimento cada vez menor, com a população brasileira já apresentando sinais de encolhimento.
- d) Rondônia é o estado que mais cresce, embora tenha a menor população do país.
- e) As estimativas populacionais orientam repasses federais e o planejamento de políticas públicas até a realização de um novo Censo.

80. O Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em junho de 2025, revelou mudanças significativas nos fluxos migratórios internos no Brasil. O Rio de Janeiro, por exemplo, apresentou a maior perda populacional em números absolutos, com saldo

migratório negativo de 165,4 mil pessoas. A maioria dos emigrantes fluminenses se deslocou para São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Considerando o tema das migrações nacionais, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Pela primeira vez desde o início da série histórica em 1991, o estado de São Paulo registrou saldo migratório negativo.
- b) Santa Catarina teve o maior ganho migratório do país, atraindo principalmente migrantes do Rio Grande do Sul, Paraná e de São Paulo.
- c) O saldo migratório é negativo quando a saída de moradores locais (emigrantes) supera a entrada de habitantes de outras regiões do país (imigrantes).
- d) Saldos negativos significam que determinados estados têm deixado de atrair moradores de outras regiões.
- e) A região Sudeste registrou o primeiro saldo negativo desde 1991.

81. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os venezuelanos tornaram-se a maior comunidade estrangeira residente no Brasil. Esse crescimento é atribuído à crise humanitária na Venezuela, que levou milhares de cidadãos a buscar refúgio no Brasil nos últimos anos. A Operação Acolhida, iniciativa do governo brasileiro, facilitou a entrada e a interiorização desses imigrantes, especialmente através do estado de Roraima.

Assinale a alternativa que indica qual era, até então, a maior comunidade estrangeira residente no Brasil, os quais os venezuelanos acabaram de superar:

- a) portugueses.
- b) haitianos.
- c) argentinos.
- d) paraguaios.
- e) japoneses.

82. O papel do Estado no combate à desigualdade social é frequentemente discutido à luz da tensão entre eficiência econômica e justiça social. No caso brasileiro, essa discussão é particularmente complexa, diante da histórica exclusão de amplos setores da sociedade dos direitos básicos.

Nesse sentido, é correto afirmar:

- a) O Estado brasileiro sempre desempenhou papel neutro e técnico na distribuição de oportunidades.
- b) A Constituição de 1988 desobrigou o Estado de atuar como promotor da igualdade.
- c) As ações afirmativas são formas inconstitucionais de intervenção estatal.
- d) O papel do Estado se limita à segurança pública e à defesa nacional.
- e) O Estado possui obrigação constitucional de atuar na redução das desigualdades sociais e regionais.

83. A tributação é um dos principais instrumentos do Estado para promover redistribuição de renda. No Brasil, porém, o sistema tributário opera de forma regressiva: cobra proporcionalmente mais dos mais pobres, por meio de tributos indiretos sobre o consumo, e menos dos mais ricos, devido à baixa tributação sobre lucros, dividendos, heranças e grandes fortunas. Esse modelo agrava as desigualdades em vez de reduzi-las.

Diante disso, é correto afirmar:

- a) A regressividade fiscal brasileira contribui para o combate à concentração de renda.
- b) A adoção de uma tributação progressiva seria inconstitucional no Brasil.
- c) A reforma tributária deve buscar eficiência administrativa, ainda que mantenha a desigualdade.
- d) A redistribuição via tributação exige que os que têm mais contribuam proporcionalmente mais.
- e) O sistema tributário atual já é suficiente para corrigir as desigualdades estruturais do país.

DIREITOS SOCIAIS, DEFINIÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, DESAFIOS E CONQUISTAS NO BRASIL E MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICATOS E AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Alessandra (Alê) Lopes

84. Em uma aula de políticas públicas, o professor Carlos pediu aos alunos que discutissem as características das políticas redistributivas. Júlia afirmou que tais políticas alteram a distribuição de recursos na sociedade por meio da tributação progressiva e dos gastos sociais direcionados, com vistas à redução das desigualdades. Rafael sustentou que as políticas redistributivas são sempre de caráter universal, pois visam a todos, independentemente de renda ou condição social. Helena disse que os efeitos líquidos das políticas redistributivas dependem tanto do formato da tributação quanto do perfil dos beneficiários dos gastos sociais. Tiago concluiu que políticas redistributivas não possuem impacto real sobre a desigualdade, funcionando apenas como instrumentos retóricos.

Ao final do debate, o professor Carlos observou, corretamente, que somente:

- a) Júlia está certa.
- b) Rafael está certo.
- c) Helena está certa.
- d) Júlia e Helena estão certas.
- e) Rafael e Tiago estão certos.

85. Durante um seminário sobre igualdade, a professora Marina pediu aos alunos que analisassem as políticas de ação afirmativa no Brasil. Luís afirmou que essas políticas buscam concretizar a igualdade material, corrigindo desigualdades históricas de acesso a bens e oportunidades. Paula sustentou que toda ação afirmativa deve ser, por essência, permanente, pois a desigualdade social é um fenômeno estrutural e imutável. Clara disse que tais políticas podem ser compatíveis com critérios de mérito, uma vez que o objetivo não é negar o mérito, mas remover barreiras que impedem a competição justa. Roberto concluiu que a ação afirmativa é incompatível com sistemas constitucionais democráticos, pois fere o princípio da isonomia.

Ao final, Marina observou, corretamente, que somente:

- a) Luís está certo.
- b) Paula está certa.
- c) Clara está certa.
- d) Luís e Clara estão certos.
- e) Paula e Roberto estão certos.

86. O Brasil tem adotado, nas últimas décadas, diferentes programas de combate à desigualdade de renda. Ao mesmo tempo em que a Constituição de 1988 instituiu políticas de caráter universalista, como o SUS e a educação básica pública, também se expandiram políticas focais, como o Bolsa Família, voltadas para a população em situação de vulnerabilidade.

Com relação a esses dois modelos de política pública, considere as afirmativas a seguir.

- I. Políticas universais, por alcançarem toda a população, tendem a reforçar a cidadania social e reduzir estigmas, mas geram custos fiscais mais elevados.
- II. Políticas focalizadas permitem maior precisão no atendimento dos mais pobres, mas podem incorrer em erros de exclusão e fragilidade política por terem base de apoio restrita.
- III. A literatura recente tem defendido que universalização e focalização não são incompatíveis, podendo coexistir em arranjos híbridos que combinem um piso universal com programas direcionados.
- IV. A focalização substitui completamente a universalização, sendo impossível a existência de sistemas mistos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

87. Em meados de março, os edifícios de escritórios do mundo todo ficaram vazios de pessoas e cheios de incertezas. Sete de cada dez empresas espanholas enviaram todos ou parte de seus trabalhadores para casa, segundo uma pesquisa recente. Mais de três milhões de pessoas trabalharam remotamente durante o confinamento na Espanha. Quatro vezes mais do que a pequena fração de 4,8% de empregados que habitualmente realizam suas tarefas remotamente durante parte da semana. No Brasil, segundo pesquisa feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 20,8 milhões de pessoas podem utilizar o home office, o que corresponde a 22,7% dos postos de trabalho. Quem tem mais possibilidades de trabalhar em casa são os profissionais da ciência e intelectuais (65%), seguidos de diretores e gerentes (61%), apoio administrativo (41%) e técnicos e profissionais de nível médio (30%). A imersão no teletrabalho devido à crise sanitária da covid-19 foi, em grande parte, um mergulho arriscado. De um dia para outro, os empregados começaram a abrir o laptop na mesa da sala de jantar enquanto as crianças invadiam suas teleconferências pelo Zoom.

(El País, O sonho do 'home office' vira pesadelo na pandemia, 9/ago/2020.
Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-08-09/o-teletrabalho-nao-era-isto.html?rel=lista-poyo>. Acesso em: 22/08/2020)

Considerando o texto e seus conhecimentos sobre o tema em questão, é uma consequência possível do teletrabalho

- a) o aumento no número de acidentes de trabalho em função do trajeto percorrido ao longo da jornada de trabalho.
- b) os trabalhadores passarem a ter privilégios, como controlar seu próprio trabalho já que a jornada se torna flexível.
- c) os trabalhadores passarem a receber altos salários, já que as empresas deixam de ter custos trabalhistas.
- d) o risco de a jornada de trabalho se tornar contínua, já que a separação entre a esfera privada e a do trabalho fica diluída.
- e) maior liberdade dos trabalhadores que tendem a empreender melhor seu tempo de vida.

88. Após a Constituição de 1988, o Brasil assistiu à ampliação dos espaços democráticos para a atuação de movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil. Nesse contexto, considere as afirmativas a seguir:

- I. A CF/88 consolidou a liberdade sindical, proibindo a interferência do Estado na organização dos trabalhadores, mas manteve a unicidade sindical em base territorial, princípio herdado da era Vargas.
- II. Os novos movimentos sociais (ambientalistas, feministas, movimento negro, indígena e LGBTQIA+) ampliaram a pauta da cidadania, indo além das reivindicações trabalhistas clássicas.
- III. Ações coletivas passaram a depender exclusivamente da atuação estatal, sem instrumentos jurídicos autônomos à disposição da sociedade civil.
- IV. O modelo sindical no Brasil, após 1988, foi inteiramente renovado, extinguindo-se a unicidade sindical e todos os traços herdados da legislação varguista.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

89. O mercado de trabalho brasileiro apresenta características históricas que ajudam a explicar sua dinâmica de inclusão e exclusão social. Considere as afirmativas a seguir:

- I. O mercado formal brasileiro apresenta estabilidade elevada nos vínculos empregatícios, com baixa rotatividade, o que fortalece a proteção social e a acumulação de direitos trabalhistas.
- II. Um dos traços persistentes do mercado de trabalho no Brasil é a elevada presença de vínculos precários, fora da proteção previdenciária e da CLT.
- III. A fragmentação contratual e a alta rotatividade reduzem a continuidade do vínculo empregatício e limitam o acesso a benefícios como FGTS, seguro-desemprego e aposentadoria.
- IV. Mesmo em períodos de crescimento econômico, parte significativa da população ocupada permanece em atividades sem registro formal, revelando uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

POLÍTICAS PARA POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Marco Túlio

90. O Programa Aquilomba Brasil, instituído pelo Decreto nº 11.447/2023, possui como finalidade a promoção de medidas intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no País.

São considerados princípios do Programa Aquilomba Brasil, **exceto**:

- a) A transversalidade de gênero e de raça nas políticas públicas destinadas à população quilombola.
- b) A priorização do atendimento das comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade social.
- c) O reconhecimento do modo de vida tradicional quilombola como prática sustentável de relação com a natureza.
- d) A participação da Fundação Cultural de Palmares, responsável pela tutela das populações quilombolas, no controle e execução das políticas públicas.
- e) O respeito à autodeterminação, à integridade territorial e à plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais da população quilombola.

Discursiva 1

A crise financeira internacional de 2008, deflagrada pelo colapso do mercado imobiliário norte-americano (subprime), afetou a economia global e trouxe repercussões importantes para o Brasil. Nesse período, discutem-se também os impactos da financeirização sobre a dinâmica do desenvolvimento nacional, bem como as estratégias de política econômica implementadas para enfrentar as turbulências externas.

Considerando esse contexto, redija um texto dissertativo, de forma fundamentada, atendendo necessariamente aos seguintes itens:

- a) Conceituar a financeirização no âmbito da economia brasileira;
 - b) Analisar a influência da crise do subprime sobre a economia brasileira;
 - c) Indicar medidas de política econômica adotadas para mitigar os efeitos dessa crise no Brasil.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

As desigualdades étnico-raciais no Brasil evidenciam barreiras estruturais que limitam direitos e oportunidades. Considerando esse contexto, redija texto dissertativo que atenda aos seguintes itens:

- (A) Indicar os principais direitos assegurados pela Constituição de 1988 à população negra.
 - (B) Explicar o que é racismo estrutural e como ele afeta a população negra.
 - (C) Avaliar a relevância de ações afirmativas — como as cotas — na redução de desigualdades e na promoção da igualdade de oportunidades.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
